

## **Paradigma do atraso: raízes do discurso modernizador e seus impactos na história da imprensa brasileira<sup>1</sup>**

Phellipy JÁCOME<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é discutir as raízes do discurso de modernização na imprensa brasileira. A partir da revisão crítica de autores interessados em abordar a história do jornalismo em nosso país, buscamos recorrer à própria materialidade dos discursos autorreferentes presentes em jornais de distintos períodos para demonstrar uma certa tradição desse ideal moderno. Como consequência, é possível perceber uma memória orientada a certos momentos particulares, calcada numa visão linear do tempo, em que, por conta de nossa modernidade periférica estaríamos sempre “atrasados”. O que pretendemos, então, é apresentar essa tradição e, ao mesmo tempo, abordar distintos estratos de tempo que compõem a historicidade dos fenômenos jornalísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** modernização; imprensa; jornalismo; historicidade.

### **1. O IDEAL MODERNO NO JORNALISMO BRASILEIRO**

No início de 1927, em sua edição de 02 de janeiro, o diário paulistano *Folha da Noite* trazia uma pequena nota com o título “Jornalismo Moderno”. Por meio dela, ficamos sabendo que uma jovem jornalista sueca, “entusiasta pela equitação” decidiu realizar uma “curiosa” reportagem ao sair a cavalo de Estocolmo rumo à Bélgica e à França, tendo coberto, em Bruxelas, o casamento do príncipe Leopoldo. A nota traz, ainda, uma foto da senhorita Linde de Klinckowsfron junto ao seu companheiro de viagem. Na mesma página, assuntos diversos dividem espaço por seis colunas e dão pistas de um certo modo de operação jornalística bem peculiar aos olhos atuais. Naquele domingo, a viúva Emilia Glay teve uma “queda acidental” ao passear pelo parque D. Pedro II, que resultou em um “ferimento contuso na região frontal e escoriações na região molar esquerda”. Outra pessoa que também “caiu e amassou o nariz” foi o “soldado 137”, sendo “duramente reprimido pela Central”. Na linha abaixo, uma publicidade em versos aconselhava “Quem sofre de Gonorrhea /Ao acordar pela manhã/ Deve sempre se lembrar/ Do producto Blenosan”. Ao lado, um médico prometia

1 Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Professor do Departamento de Comunicação Social e do PPGCom da UFMG, e-mail: [phellipy@ufmg.br](mailto:phellipy@ufmg.br).

uma “cura radical rápida” para problemas nas vias urinárias por intermédio de um “moderno processo elétrico”. Moderno também é a palavra utilizada para qualificar, na mesma página, o Amparo-Jornal e felicitar o segundo ano de existência desse “bem feito órgão de publicidade”, “jornal de feição moderna”, que sabe “distinguir a oportunidade dos comentários”.

“Moderno”, aliás, é um adjetivo bastante utilizado na avaliação de jornais e de seus papéis sociais. O *Estado de S. Paulo*, por exemplo, em 1903 fazia um resumo das principais notícias divulgadas pela imprensa carioca e elogiava a maneira como de Antoine demonstrava, no *Correio da Manhã*, a nova técnica do jornalismo moderno, chamada “interview”. Por sua vez, esse jornal carioca, em 1906, na apresentação de um novo suplemento dominical, afirmava que “claro está que, com o tempo, iremos introduzindo novas reformas de modo a tornar o suplemento do ‘Correio da Manhã’ a par de todos os progressos da imprensa moderna”. Em 1919, o *Jornal do Brasil* anunciava um novo serviço telegráfico, recebendo despachos da Associated Press, agência que trazia notícias as mais diversas para os órgãos de informação “modernos”.

Na virada do século XIX e na primeira metade do século XX, a expressão “moderno” e seus correlatos dizem, em geral, de um julgamento positivo que busca afirmar que certas mídias e suas práticas seriam atuais e que, por isso, estariam adequadas ao tempo presente. Os jornais, nesse momento, eram muito diferentes entre si e possuíam padrões textuais característicos e propósitos bastante diversos. Um exemplo disso é que quase todos eles, na primeira edição, apresentavam um programa, em que detalhavam ao público aqueles que deveriam ser suas funções e compromissos. Assim, eles poderiam estar a serviço de determinado partido político, atuar na defesa das belas letras, assumir a intenção de ser imparcial, ser um órgão conservador ou guiar a opinião dos leitores, instruindo-os. Havia, portanto, uma pluralidade da própria ideia de jornalismo e da memória que se construía a partir dela.

No entanto, à medida que nos aproximamos da metade do século XX em adiante, o adjetivo moderno parece tomar contornos específicos nos discursos autorreferentes das diversas mídias informativas brasileiras e possui claro impacto em uma memória da imprensa. Isso porque adquire também a força de um conceito que passa a valorizar um tipo específico de prática, buscando delimitar o que deveria ser entendido propriamente como jornalismo. Em 1975, por exemplo, a *Folha da Noite* já não existia mais, tendo sido incorporada junto a sua versão matutina pela *Folha de S.*

*Paulo*. Naquele ano, esse diário relacionava o “jornalismo moderno” a máquinas cada vez mais sofisticadas, capazes de transmitir mais notícias em muito menos tempo, com precisão e seleção criteriosa dos fatos apurados por jornalistas profissionais. Vemos, portanto, uma avaliação distinta daquela realizada em 1927, ainda que conserve uma relação progressiva com o tempo, que propõe um passado superado e projeta um futuro que também suplantará o seu presente. A *Folha*, entretanto, não é um caso isolado, nem mesmo em sua própria história. Ela forneceria argumentos semelhantes em suas reformas nas décadas seguintes. Diários como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Comércio*, *Estado de S. Paulo* e conglomerados como o *Grupo Globo* produziram idealizações similares a partir da metade do século XX. Os jornais e suas identidades continuaram diversos, mas passaram a advogar por uma mesma definição de jornalismo, permitida por uma espécie de “colonização” do adjetivo moderno.

É nesse sentido que Marialva Barbosa (2007), Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), Flávia Biroli (2007) e Afonso de Albuquerque (2010), por exemplo, apontam para uma série de fatores que confluíram numa narrativa quase uníssona de que o jornalismo brasileiro moderniza-se, na década de 1950, ao importar o que é chamado de “modelo americano”. Essa importação teria sido realizada de forma pioneira pelo *Diário Carioca* e se alastrado pelas redações de todo o país, vinculada a preceitos como objetividade, factualidade e profissionalismo, próprios do jornalismo que estaria sendo praticado nos Estados Unidos desde o século XIX. Por isso, com vistas a eliminar um suposto atraso de nossa imprensa, muitos periódicos, a partir desse momento, buscaram implantar reformas que visavam tornar sua lógica de produção industrial, padronizada e, sobretudo, ligada a um conjunto de valores que determinava o que deveria ser considerado ou não jornalismo. Como destaca Barbosa,

[a]s reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como um momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo um lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor. (BARBOSA, 2007, p.150).

Desde então, podemos perceber a afirmação e reafirmação exaustiva de que, utilizando-se de determinadas técnicas e procedimentos, o jornalismo deveria ser capaz de separar os fatos das opiniões, a objetividade da subjetividade, a natureza da

sociedade (JÁCOME, 2017). A modernização da década de 1950, oriunda dessa delimitação, define também uma memória da história da imprensa nacional, que passa a ser contada a partir de seus próprios critérios. Segundo as premissas desse discurso, teríamos ultrapassado uma prática arcaica, associada à literatura, em favor de um jornalismo verdadeiramente moderno, ligado à defesa da objetividade.

## 2. O PARADIGMA DO ATRASO

Parece não haver bibliografia sobre a história do jornalismo brasileiro que não contenha a palavra “atraso”, que pode ser identificada em diferentes períodos, sobretudo na avaliação do jornalismo praticado no país antes das décadas de 1940/50 (pré-modernização, portanto). Isso, a nosso ver, será determinante para estabelecer o tipo de memória que se instala acerca da história dos fenômenos jornalísticos no Brasil, bem como indicativo de um paradigma que dita os contornos sobre o tipo de análise e caracterizações comumente feitas em relação aos nossos jornais. Esses elementos ajudam a explicar, em parte, a homogeneidade da ideia de um modelo de jornalismo a ser copiado e seguido.

Um exemplo importante nesse processo é que a própria origem da imprensa brasileira já nasce caracterizada sob o signo do atraso e, como aponta Molina (2015, p.35), “incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história”. Afinal, pese algumas tentativas isoladas e malfadadas em montar oficinas tipográficas em nosso país, foi somente em 1808 (mais de três séculos e meio, portanto, depois da invenção de Gutenberg), com a chegada da família real portuguesa e elevação da condição do Brasil para sede administrativa do reino, que foi instalada uma imprensa permanente. A Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal a ser impresso no Brasil (em 10 de setembro de 1808), era uma folha oficial da corte, que se limitava a publicitar comunicados da coroa e aspectos da vida na Europa.

Quando comparada à situação de outros países, a história das letras impressas no Brasil poderia ser apresentada como um fenômeno duplamente tardio (MARTINS, 2013), na medida em que seria atrasado tanto em relação às principais metrópoles do mundo, mas também em relação às próprias colônias, tanto na América quanto na Ásia e na África. Isso porque nas Américas sob dominação anglo-saxã e hispânica, por exemplo, a tipografia já havia sido instalada ainda no século XVI, pouco depois da

invasão europeia no continente. A primeira delas foi trazida à Cidade do México em 1533 e, no século XVIII, quase todas as cidades importantes sob domínio espanhol já contavam com oficinas tipográficas (FERREIRA, 2006; ÁLVAREZ, MARTINEZ, 1992; DE MARCO, 2006). Já na América do Norte, a primeira imprensa data de 1638, trazida da Inglaterra com vistas a servir a Universidade de Harvard. Frente a esse cenário, a bibliografia sobre história do jornalismo no país é marcada, muitas vezes, pela tentativa de explicar a peculiaridade do nosso “atraso”, e não são poucos os autores que se debruçaram sobre os motivos do que seria esse descompasso temporal do nosso jornalismo (ROMANCINI, LAGO, 2007; BAHIA, 1972; SODRÉ, 1966; MELO, 1973, 2003; MOLINA, 2015).

Juarez Bahia ([1967]1972), por exemplo, ao falar da fase inicial da imprensa nacional, afirma que o regime português, por todo o período colonial, teria sido o responsável por dito atraso. A coroa, aponta o autor, “asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra imprensa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias” (BAHIA, 1972, p.13). Entre as causas dessa proibição metropolitana, Bahia defende que havia um temor generalizado no governo português de que a publicação de informações a respeito do Brasil poderia atrair a cobiça de outros países, motivo pelo qual esse “espírito de clausura” teria predominado até o século XIX. Entretanto, como destaca Molina (2015), apesar de terem recriminado as tentativas de instalação de imprensa em distintos episódios em nosso país, não havia nenhuma lei formal que proibisse a existência das máquinas tipográficas nas colônias portuguesas. E, embora a atividade impressa estivesse sujeita à censura, a implantação de uma oficina tipográfica não requeria licença prévia em Portugal, motivo pelo qual teria se expandido a várias de suas colônias na Ásia e África (MOLINA, 2015, p.35), o que tornaria ainda mais peculiar o dito atraso brasileiro.

Também em busca de respostas a esse mesmo interrogante, um pouco antes que Bahia, Nelson Werneck Sodré (em 1966), em sua importante *História da Imprensa no Brasil*, defendia um vínculo estreito entre o desenvolvimento do capitalismo e o florescimento da imprensa, relação de causa-efeito que explicaria a ausência de imprensa no país até o século XIX. Sem eximir Portugal de responsabilidades, o autor afirma que, como no Brasil-colônia não havia burguesia e o comércio era ainda incipiente, isso justificaria o atraso na implantação dos prelos no país. Entretanto, para explicar o motivo pelo qual na América sob domínio hispânico já havia sido instalada a

imprensa e, até mesmo, a universidade, muito anteriormente, Sodré atribui ao que ele chama de primitivismo dos habitantes originais do nosso país, em contraste com, em sua avaliação, as “culturas já em nível adiantado de complexidade” das colônias espanholas.

Desse modo, o autor aponta que “onde o invasor encontrou uma cultura avançada, teve de implantar os instrumentos de sua própria cultura, para a duradoura tarefa, tornada permanentemente em seguida, de substituir ela pela cultura encontrada” (SODRÉ, 1966, p.13). Nesse sentido, a imprensa serviria como um instrumento de dominação cultural, que não precisaria ter sido realizada de forma complexa no país, em razão do que seria a condição de “atraso” dos nossos habitantes originais. Novamente aí, o argumento parece bastante questionável. Isso porque, para além das ponderações de uma visada decolonial atual, como destaca Bruno Martins (2013) em artigo sobre a “positividade do atraso”, “[n]ão cabe aqui questionar tal argumentação com base em uma perspectiva antropológica contemporânea, sua estreiteza já se revelaria com uma simples comparação: a América inglesa também contava com nativos tão “primitivos” quanto os indígenas brasileiros” (MARTINS, 2013, p.6).

Além disso, ao idealizar o território invadido pela Espanha somente a partir de grandes impérios como o Inca e o Asteca, desconsidera-se a grande quantidade de outras agrupações humanas que habitavam o continente e que foram dizimadas por violentos processos... Por fim, Sodré credita o quadro de atraso à própria estrutura feudal de Portugal, que submetia as letras impressas a três níveis de censura: à Episcopal, à da Inquisição e à Régia. Aliado a isso, frente à desimportância econômica da colônia portuguesa na América, ele destaca que só nos países em que o capitalismo se ampliou, a imprensa se desenvolveu. Ou seja, somente quando o Brasil encontrou condições mínimas de circulação de bens e de consumo, sobretudo a partir do ciclo do ouro, é que os jornais teriam encontrando o ambiente adequado para existir.

Numa obra de maior fôlego específica sobre a questão do atraso, José Marques de Melo (1973) em *Sociologia da Imprensa Brasileira* busca identificar quais teriam sido os fatores socioculturais responsáveis pela demora na implantação da imprensa em nosso país. Nesse sentido, tentando escapar de um viés um tanto quanto econômico-determinista característico da obra de Nelson Werneck Sodré – apesar de utilizar argumentos semelhantes aos dele –, Marques de Melo trata de elencar uma série de motivos que pretende ir além da explicação meramente econômica. Para o autor, o atraso na implantação da imprensa no Brasil poderia ser explicado na confluência de

sete fatores principais. São eles: 1) a natureza feitorial da colonização, 2) o atraso das populações indígenas, 3) a predominância do analfabetismo, 4) a ausência de urbanização; 5) a precariedade da burocracia estatal, 6) a incipiência de atividades comerciais e culturais, 7) a censura e o obscurantismo metropolitano. Esse panorama, caracterizado pela pobreza intelectual, cultural e econômica, por um lado, ajudaria a esclarecer o atraso da imprensa. Por outro lado, a mesma natureza tardia da imprensa poderia explicar o motivo dessa condição subalterna. Nesse sentido, como postula Martins (2013), apesar de apresentar um deslocamento em relação à matriz político-econômica, “o autor [Marques de Melo] ainda se mantém, assim como os primeiros historiadores da imprensa, ofuscado por suas ‘luzes’” (MARTINS, 2013, p.5). Isto é, valoriza-se uma missão civilizatória e emancipatória dos prelos para justificar toda uma rede de atrasos caracterizados também por sua falta, pela demora em sua chegada.

Como podemos perceber, diferentes reflexões sobre a história da imprensa brasileira parecem padecer de uma irreversível maldição do atraso. E, como defende Martins (2013), já em textos inaugurais do nosso jornalismo é possível perceber o enfado e a constatação do que seria o nosso retardo temporal. Assim, de Londres, escrevia Hipólito da Costa em seu *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, considerado por muitos como o primeiro jornal brasileiro, apesar de ser produzido e impresso na Inglaterra, sendo distribuído no Brasil de forma ilegal: “Tarde; de[s]graçadamente tarde: mas em fim aparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração dou os parabens aos meus compatriotas Brazilienses.” (COSTA, 1808, p.394). O jornalista se lamentava, então, pela demora na aparição da imprensa em terras brasileiras, inaugurada pelo advento da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O tom efusivo também foi utilizado por Alfredo do Vale Cabral em seus *Anais da Imprensa Nacional* (1881): “Três séculos, três séculos permaneceu o Brasil sem a arte de Gutenberg. Só Gregório de Matos, pelos fins do século XVII, fez uma espécie de revolução no animo destes povos” (CABRAL, 1881, s/p).

É possível identificar, portanto, um paradigma que se constrói pela perspectiva do atraso. Nas narrativas que sustentam esse discurso, a história da nossa imprensa é marcada por uma rede autoexplicativa: há um atraso “original” (a demora na instalação e permanência dos prelos), permeado por outros atrasos (quer seja em relação à própria característica da colonização portuguesa, quer seja pelo suposto atraso das pessoas que aqui já estavam, quer seja pelo próprio atraso cultural, econômico e intelectual da

colônia). Não por acaso, até mesmo em obras mais recentes, essa “condição brasileira” justificaria nosso suposto e permanente papel de retardatários frente a outras nações, elencadas como mais desenvolvidas. Em *O adiantado da hora: a influência americana no jornalismo brasileiro*, por exemplo, Carlos Eduardo Lins da Silva (1991) lamenta esse atraso e justifica por que devemos copiar outros modelos, afirmando que vivemos num país

...que por razões históricas sempre teve de ser um seguidor retardatário das tendências da metrópole da época. Isso é verdade para o jornalismo. Mas, é claro, se aplica também a todas as outras formas de expressão cultural: o cinema, o teatro, a literatura, a televisão, a publicidade, o rádio, as artes plásticas, a música, a dança, a fotografia. (SILVA, 1991, p.29).

Como podemos perceber na citação acima, há um argumento circular e vazio, na medida em que supostas razões históricas explicariam a nossa razão histórica do atraso. Esse argumento se repete nas distintas obras bibliográficas que viemos destacando. Por isso, a nosso ver, esse paradigma do atraso pode ser caracterizado por uma linearidade e por uma repetição circular, construída a partir de uma valoração sumamente positiva da imprensa e da cultura externas (e, de um modo geral, da própria função civilizatória da imprensa), o que nos coloca sempre atrás numa suposta linha evolutiva. Além disso, o que parece sustentar esse paradigma é uma petição de princípio, na medida em que os argumentos que atestam a tese do atraso já assumem a sua veracidade como premissa. Nesse sentido, como já havia apontando Martins (2013), boa parte das explicações a respeito do “atraso” da imprensa brasileira é explicado pelo mesmo “atraso” (seja ele, econômico, social, cultural), isto é, há um círculo vicioso em que “adversidades políticas, econômicas e culturais atrasaram a chegada da imprensa, que, por sua vez protelou a independência política, econômica e cultural do Brasil, em outras palavras, o atraso levou ao... atraso!” (MARTINS, 2013, p.5).

Esse paradigma parece ser incapaz de explicar os circuitos comunicacionais que se deram no Brasil antes da chegada da imprensa e menos ainda a conformação, no século XVIII – mesmo com a ausência de prelos –, de episódios como a Revolta de Filipe dos Santos, a Guerra dos Mascates, a Conjuração Baiana ou a Inconfidência Mineira. Essa última, inclusive, promoveu a circulação de manuscritos satíricos conhecidos como Cartas Chilenas, que criticavam duramente a administração portuguesa.



Cabe aclarar que não se trata de negar o atraso na chegada da imprensa no Brasil. Mas, sim, de questioná-lo enquanto um argumento definidor que, desde então, passa a valorizar e a caracterizar o jornalismo brasileiro quase sempre sob o viés da falta e da incompletude, na medida em que se valoriza uma narrativa linear e avaliada externamente, em detrimento de estratos temporais mais complexos que compõem a nossa história. Além disso, há uma sobreposição bastante ingênua entre imprensa e jornalismo.

Uma ponderação interessante nesse sentido é a de que, como aponta Márcia Abreu (2004, 2012) em seus estudos sobre os impressos e a cultura letrada, esse atraso do Brasil em relação aos outros países da América Latina é apenas cronológico, já que a instalação de tipografias nas colônias espanholas não significou necessariamente o florescimento de uma cultura letrada. Se é bem verdade que os prelos chegaram ao território dominado pela Espanha muito antes do que ao de domínio português, é necessário esclarecer que eles eram utilizados, sobretudo, para funções religiosas – como para a dominação religiosa das populações indígenas – e burocráticas, com um alcance bastante reduzido (ÁLVAREZ, MARTÍNEZ, 1992).

Os jornais propriamente ditos começaram a circular de maneira irregular e estavam longe de atingir todo o continente. Assim, os únicos lugares a contar com jornais no século XVIII em toda a América Latina e Caribe foram onde hoje se considera como México (em 1722 começou a circular o periódico: *Gaceta de México y Noticias de Nueva España*), Guatemala (em 1743 era publicada a *Gaceta de Guatemala*), Peru (em 1743, começa a ser publicada a *Gaceta de Lima*), Cuba (em 1764 surgia a *Gaceta de la Habana*), Colômbia (em 1791 era publicado o *Papel Periódico de Bogotá*) e Equador (1792, *Primicias de la cultura de Quito*). Desse modo, na maioria dos territórios invadidos pela Espanha, os periódicos só seriam publicados no século XIX e eram, portanto, contemporâneos dos primeiros jornais brasileiros. Sobretudo na América do Sul, esse fenômeno revela uma corrente de publicações jornalísticas que também inclui o Brasil, o que, certamente, deve ser considerado para relativizar bastante a ideia de atraso.

No atual território argentino, por exemplo, o primeiro jornal – *El Telégrafo Mercantil, Rural, Político, Económico e Historiográfico Del Río de La Plata* – é publicado em 1801, seguido pela *Gazeta de Buenos Aires* em 1810. No Uruguai, a primeira publicação é uma produção inglesa chamada *La Estrella Del Sur*, de 1807. Na

Venezuela, *La Gaceta de Caracas* começou a ser impressa em 1808; no Chile, o primeiro periódico foi a *Aurora de Chile*, em 1810; na Bolívia, *El telégrafo* surgiu em 1811, no Paraguai, somente em 1845 surgiu *El Paraguay Independiente*.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEMPORAIS SOBRE O ATRASO

A primazia da ideia do atraso, além disso, impede uma análise do contexto (LEAL, CARVALHO, 2017; RIBEIRO, MARTINS, ANTUNES, 2017; REGO, BARBOSA, 2017; MANNA, JÁCOME, FERREIRA, 2017), isto é, das matrizes culturais específicas por meio das quais os fenômenos se desenvolvem. É nessa perspectiva que podemos identificar outro traço fundamental da ideia do atraso e que marca o tipo de reflexão historiográfica e normativa sobre o jornalismo em nosso país. Isto é, o imperativo de sermos atrasados tem correspondido, por outro lado, a uma demanda modernizadora e progressista que pode ser observada em distintos momentos da história. Dita demanda, caracterizada por um olhar externo, muitas vezes tende a apagar (ou pelo menos borrar) o jornalismo do país, tratando de observá-lo já com uma valoração altamente negativa. Além disso, a ideia de atraso está fortemente entrelaçada ao próprio regime de historicidade moderno que, pressupondo um único fluxo temporal, hierarquiza suas práticas entre “desenvolvidas” e “arcaicas”, “vencedores” e “vencidos”, “modelo” e “cópia”. O recurso ao “atraso” é, portanto, imprescindível para o discurso de modernização, na medida em que é ele que autoriza e sustenta o surgimento de mitos fundacionais, passados idealizados e futuros estáticos. Como ressalta Koselleck (2014),

[q]uando se lamenta um atraso, há sempre referência a uma oportunidade perdida, a um desejo projetado sobre o passado a fim de se programar ideologicamente uma recuperação acelerada. Tal categoria pertence à linguagem do programa político, mas carece de rigor analítico. (KOSELLECK, 2014, p.16).

Na experiência moderna, portanto, a aceleração carrega duas variantes que compreendem possibilidades de repetição de uma história ou um resultado de uma inovação que modifica substancialmente aquilo que conhecemos. A modernidade foi capaz de gestar, por isso, uma idealização temporal que propõe uma sincronia a diferentes fenômenos, colocando-os numa mesma linha comparativa e que permite categorizar “desenvolvidos” (os modernos) e “arcaicos” ou “em desenvolvimento” (os pré-modernos). Essa simultaneidade do assincrônico, defende Koselleck (2014),

autoriza a pensar que o estágio técnico-industrial já alcançado pelos países desenvolvidos poderá ser, no futuro, atingido pelos menos desenvolvidos. Como consequência compulsória do pensamento moderno, surge a percepção de um atraso, que só poderia ser recuperado por meio de uma aceleração ainda mais robusta. Por isso, “apresenta-se nela um entrelaçamento de experiência e expectativa, cuja diferença mantém o desafio de ser superada de modo acelerado. A experiência destes é a expectativa daqueles” (KOSELLECK, 2014, p.163). Acreditamos que essa maneira específica de pensar a experiência do tempo começa a nos ajudar a entender as demandas dos discursos de modernização do jornalismo brasileiro.

Nesse sentido, o desafio aqui parece ser romper a linearidade do paradigma do atraso sem, no entanto, deixar de considerar suas múltiplas influências que determinaram, de certo modo, a maneira pelo qual o jornalismo brasileiro é descrito e analisado. Afinal, a perspectiva de que estamos sempre descompassados em relação a outros mais desenvolvidos existe e tem explicado o jornalismo brasileiro, justificando uma história de modernizações, sendo a mais efetiva a chamada “modernização de 1950”. Uma ideia rígida de importação ou de uma escalada evolucionista rumo à modernidade só é possível por um processo que envolve um alto grau de simplificação da história. Paralelamente, foi justamente isso que gerou uma institucionalidade e autonomizou, ainda que a partir de suas premissas mistificadoras, o campo jornalístico no Brasil.

Por isso, de um lado, consideramos a modernização como um projeto que levou a intensas modificações no panorama do jornalismo nacional e, por outro, a rejeitamos profundamente, na medida em que seu discurso tende a congelar disputas e a apagar a própria historicidade, em favor de uma racionalidade cínica que institui uma única e idealizada conceptualização de jornalismo. Como consequência, considerar que os jornais brasileiros estavam em transição na década de 1950 não significa, a nosso ver, acreditar que eles estivessem estáticos nas décadas anteriores. Ao contrário, o desafio teórico-metodológico é perceber que tipos de movimentos, conformados por distintos e contraditórios estratos temporais e por relações de memória e esquecimento, os jornais brasileiros vivenciavam em cada momento particular de sua história.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002
- ABREU, Marcia. **Os caminhos dos livros**. 2.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.
- ABREU, Marcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: UNESP, 2004
- ALBUQUERQUE, A. ; A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu** (PUCRJ), v. 20, p.100-115, 2010.
- ALBUQUERQUE, A.; Gagliardi, Juliana . The copy desk and the dilemmas of the institutionalization of modern journalism in Brazil. **Journalism Studies**, v. 12, p. 80-91, 2011.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Martins, 1967.
- ÁLVAREZ, Jesús y MARTÍNEZ. **Historia de la prensa hispanoamericana**. Madrid, Mapfre, 1992
- BARBOSA, M. C.. **História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007.
- BARBOSA, M. C.. **História Cultural da Imprensa Brasil 1800-1900**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010.
- BARBOSA, M.C. ; REGO, A. R. . Historicidade e Contexto em perspectiva Histórica e Comunicacional. **REVISTA FAMECOS** (PUC-RS), v. 24, p. 26989-26989, 2017
- BIROLI, F.. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. *História* (São Paulo), v. 26, p. 6, 2007.
- JÁCOME, P.; FERREIRA, T. ; Manna, Nuno . Recontextualizações do -ismo: Disputas em torno do jornalismo 'em crise'. **REVISTA FAMECOS** (PUC-RS), v. 24, p. 26991, 2017.
- JACOME, P. **O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999
- KOSELLECK, Reinhart, **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed.PUC-Rio, 2014.
- LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. . Aproximações à instabilidade temporal do contexto. **REVISTA FAMECOS** (PUC-RS), v. 24, p. 1-17, 2017.
- MARTINS, B. G.. A positividade do atraso: o papel da voz na história da imprensa brasileira. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto. **Anais do 9o Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.
- MELO, José Marques de. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MELO, Jose Marques. **Sociologia da imprensa brasileira: a implantação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- MOLINA, Matías. **História dos Jornais no Brasil: Da Era Colonial à Regência (1500-1840)**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2015.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RIBEIRO, A. P. G.. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens da imprensa dos anos 50. In: XI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 2002
- RIBEIRO, A. P. G. . Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- RIBEIRO, A.P.G; MARTINS, B. G.; ANTUNES, E.. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. **REVISTA FAMECOS** (PUC-RS), v. 24, p. 27047, 2017.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

ROMANCINI ; LAGO, Cláudia . **História do Jornalismo no Brasil**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2007.  
SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.  
SODRÉ, Néelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966